

ENTREVISTA: ORLANDO SILVA ■

Orlando Silva e o debate sobre desinformação¹

Em setembro de 2020 o deputado federal Orlando Silva (PCdoB) concedeu à **Revista Aurora** uma entrevista sobre o crescente processo de desinformação no país, o papel da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito e a elaboração do projeto de lei para regulamentar medidas para impedir o crescimento da produção e disseminação de notícias falsas, fraudulentas e duvidosas.

Oferecemos aos leitores a íntegra dessa entrevista que apresenta aspectos fundamentais para compreendermos o debate sobre a desinformação realizado na Câmara dos Deputados, bem como o papel da sociedade civil por meio das diversas organizações que atuam na defesa dos direitos digitais.

Serão abordadas as questões relacionadas ao acesso às mídias digitais, a garantia da liberdade de expressão, a defesa da privacidade dos usuários da internet e a importância da proteção de dados pessoais.

Desejo a todas e todos boa leitura

Rosemary Segurado²

<https://orcid.org/0000-0002-3910-4603>

¹ Transcrição e edição Laura Frare e edição José Luís Frare.

² Cientista Política. Pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid.

Doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela PUC-SP. Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

Pesquisadora do NEAMP/PUC-SP. Editora da revista Aurora.

REVISTA AURORA (RA): Primeiro eu queria que você recuperasse como foi o processo de montagem da CPMI, do ponto de vista da composição partidária, dessa nova configuração do Parlamento pós-eleição de 2018. Como você vê essa composição?

ORLANDO SILVA (OS): Olha, primeiro, o Brasil tá sofrendo, assim como o mundo tá sofrendo, um impacto de um novo padrão de dinâmica social que incide sobre a dinâmica política a partir do surgimento das redes sociais, a partir da era digital. Esse é um tema contemporâneo, um tema que todo mundo tá de olho, todo mundo tá procurando saídas. Talvez um dos principais desafios da democracia do nosso tempo seja nós impedirmos que a desinformação seja o fator dominante nas relações sociais. Diria que não apenas nas relações políticas, mas muito além disso, nas relações sociais. Primeiro isso. Segunda observação: a própria discussão de *fake news* já surge como um efeito do uso político da desinformação, já surge como uma estratégia, isso que é curioso. Eu sempre lembro que o dicionário da Universidade de Oxford escolheu o verbete pós-verdade como a palavra do ano de 2016, sob o impacto do Brexit, sob o impacto da eleição do Trump.

E é curioso que enquanto o mundo começava a falar sobre pós-verdade, sobre uma realidade em que a narrativa valia mais do que o fato, o Trump eleito acusa a assim chamada “mídia tradicional” de ser disseminadora de *fake news*. E é o Trump que introduz no debate político o conceito de *fake news*. A primeira hora que volta pro debate público a questão da *fake news* vem vocalizado simplesmente pelo Donald Trump, que é o ás, digamos assim, da utilização desse mecanismo da produção de narrativas para disputas de versões que ao fim e ao cabo é o que foi caracterizado como pós-verdade. Então o debate sobre a caracterização da *fake news* vem pro debate político a partir de um difusor de desinformação, de versões, que é o próprio Donald Trump. No Brasil nós vivemos um processo de réplica dessas estratégias, que foram utilizadas em alguns países da África e da Europa, e mesmo alguns países da Ásia, como você bem sabe, esse processo incidiu fortemente na disputa eleitoral de 2018. Eu não tenho nenhuma dúvida de que ele foi um fator decisivo pra disputa eleitoral de 2018, basta ver o resultado final, entre o atual presidente e o Fernando Haddad. É uma diferença relativamente pequena. E se nós observamos que foi

difundida a desinformação em escala industrial, temos plena condição de dizer que a difusão de desinformação foi um fator decisivo para o resultado das eleições de 2018. Contaminou todo o processo. E, portanto, essa legislatura atual ela já começa contaminada por esse processo, porque alcançou não somente o mandato do atual presidente da República, mas seguramente incidiu também sobre a eleição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Então é uma legislatura que existe sob o signo da desinformação como fator de estímulo ou da formação artificial da opinião pública. Então o debate de *fake news* atravessa a legislatura, está sempre latente e na medida em que algumas denúncias foram feitas, se instituiu essa comissão parlamentar mista de inquérito pra averiguar a influência das *fake news* no processo eleitoral. É certo dizer que as estruturas que foram utilizadas durante a campanha eleitoral também operam numa tentativa de desmoralização e ataques da própria CPMI. Basta ver que alguns dos ícones que foram difusores da desinformação no ano de eleição deram um show na CPMI, foram até lá pra distribuir agressões, ataques até mesmo contra alguns jornalistas. E talvez o caso da Patrícia Campos

Melo seja o mais emblemático dessa tentativa de intimidação que se tenta fazer. A CPMI é um instrumento do Parlamento, tem regras regimentais do Congresso Nacional uma composição segundo regras regimentais. Então na sua composição não há novidade, ela reflete a composição do Parlamento. A sua dinâmica tem sido de idas e vindas, muito tensa, porque a disputa está fortemente presente na CPMI. Teve uma dissidência forte no governo, porque o presidente da República saiu do PSL, que ainda não se fez refletir nitidamente na CPMI porque veio o funcionamento remoto do Congresso Nacional, que praticamente não funcionou esse ano, e a CPMI eu diria que está de *stand-by*. Porque com o funcionamento remoto não tem funcionamento da CPMI. Ela foi prorrogada e minha impressão é que deve ser prorrogada mais uma vez, porque temos que retomar a atividade presencial, que deve acontecer no final deste ano, começo do ano que vem, pra chegar às conclusões do trabalho dessa investigação parlamentar.

RA: Eu ia fazer essa pergunta mais pra frente, mas vou aproveitar e fazer agora. Em alguns países a gente tem esse debate do Parlamento digital mais avançado. E aqui

tivemos um encaminhamento para funcionamentos digitais do legislativo mais vinculados à questão da pandemia. Como você vê isso? Existe essa discussão no Parlamento, de você incorporar o digital para além da pandemia, como algo intrínseco da atividade parlamentar?

OS: Esse debate é muito precário no Parlamento brasileiro. Até temos ferramentas à disposição do Parlamento, como o e-democracia, que é um mecanismo de mecanismo de participação popular super fácil de acessar e que poderia permitir um processo legislativo colaborativo, com a sociedade civil e o cidadão diretamente incidindo sobre o processo legislativo. Essa ferramenta está à disposição. Vou dar um exemplo prático: a Manuela d'Ávila, quando foi deputada federal, foi redatora do Estatuto da Juventude. O estatuto que foi aprovado pelo Congresso Nacional teve na e-democracia uma ferramenta de construção de diálogo social muito eficiente. Tô dando um exemplo prático de uma lei que está em vigência, que é o Estatuto da Juventude, e algumas outras medidas também foram utilizadas. Mas a cultura política brasileira é muito

analógica. Eu sou responsável lá na Câmara por um setor, uma Secretaria de Mídias Digitais, Participação Social e Interação, e a gente preparou um mecanismo pra ofertar às comissões permanentes da Casa. São 25 comissões permanentes, que vão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até a última, que é a Comissão de Direitos das Mulheres. Essas 25 comissões permanentes poderiam ter ferramentas de participação social a seu dispor na prática cotidiana, mas os comandos das comissões hesitam em fazer isso. Houve uma tentativa inicial do presidente da Casa de oferecer ao público, numa lógica participativa, a indicação de priorização de temas da pauta, mas na primeira dificuldade que surgiu essa possibilidade foi retirada da mesa. Então eu diria assim, a era digital, num país como o Brasil, que tem um alto grau de conexão, de conectividade, traz muitas possibilidades, o Parlamento brasileiro tem a seu dispor ferramentas digitais, mas segue com o padrão analógico.

RA: Mas Orlando, os parlamentares estão muito conectados, cada vez usam mais as redes para sua promoção. Então o problema é incluir o item de participação, é isso?

OS: Na minha percepção há um conceito equivocado por conta de boa parte do Parlamento, porque é evidente que eles têm acesso e têm conexão. Usam as redes sociais para comunicação, todos usam, mas trabalham as plataformas digitais mais num viés instrumental para difusão das suas ações, do que pelo viés de incorporação de posições da sociedade. É assim que acontece. Apesar de que eu faria uma observação. O Brasil pode ter na digitalização da política mais um fator de estruturação das desigualdades. Por quê? Porque o Brasil é um país marcado pela exclusão digital, grande parte dos usuários de aplicativos utiliza aplicativos que não exigem pacotes de dados. Por que o WhatsApp é o serviço que mais alcance tem no Brasil? Por que o Facebook é o aplicativo que mais alcance tem no Brasil? É sobretudo porque eles aparecem para os consumidores como gratuitos. Eu sei que a coleta e tratamento de dados geram uma economia muito poderosa, e as pessoas não se dão conta de que ao aceitar os termos de uso, nos termos que são oferecidos, permitem acesso a muitos dados que são monetizados por essas plataformas. Mas onde eu quero chegar: a conexão das pessoas

se dá pelo Facebook e pelo WhatsApp e isso não é garantia de integração do processo de colaboração legislativo. Esse é um desafio da política pública do Brasil. Para que nós possamos garantir democracia, temos que garantir inclusão digital, temos que garantir acesso à internet para todo mundo. Legal ter praça com *wifi*, legal ter *wifi* no ônibus, mas nós temos que ter *wifi* nos territórios que concentram a grande massa de população no Brasil. Porque se não o nosso risco é, até que o Parlamento altere sua posição e introduza mecanismos colaborativos, ficar concentrado num extrato da sociedade que tem acesso à internet. Não sei se você me compreende.

RA: Sim, perfeito.

OS: Então a inclusão digital é um requisito para que você tenha plenamente ferramentas digitais da incorporação da cidadania. Mas a sua observação é absolutamente procedente, o que se vê no Parlamento é o uso instrumental de plataformas digitais para difusão política de conceitos, visões, propostas dos parlamentares, mas a outra via, que é de escuta da sociedade, está absolutamente subdesenvolvida.

RA: Agora, falando mais especificamente do PL, que teve votação no Senado foi muito rápida, com pouquíssima participação da sociedade civil. E aí teve muitas críticas. Então eu queria que primeiro você me falasse se essa etapa agora é uma etapa que deu conta de incorporar a participação da sociedade civil na elaboração do PL alternativo, e quais são os principais pontos de mudança dessa proposta alternativa em relação à proposta aprovada no Senado. E se você acha que vamos conseguir elaborar uma legislação capaz de fato de enfrentar a desinformação, que é grande no Brasil.

OS: Primeiro, repito o que falei no começo. Enfrentar a desinformação é um desafio da democracia contemporânea. Enfrentar a desinformação a meu ver exige medidas estruturais que vão além da lei: eu aposto na educação, alfabetização digital, educação midiática. Por quê? Porque o mundo é diferente, e nós temos que preparar as futuras gerações e qualificar as gerações maduras de hoje para enfrentar esse mundo diferente. Eu vou fazer quase uma anedota. Antigamente as pessoas mais velhas falavam para os mais jovens: “cuidado, não acredite em tudo que tá nesse computador”. Hoje em dia a população mais idosa

se transformou no principal alvo da desinformação. É a que difunde com mais leveza, com menos cuidado. Então por isso que é importante pensar nas novas gerações, desde a escola, é importante você ter na base nacional de conteúdo curricular essa questão. É importante você de fato oferecer em todas as escolas, principalmente na pública. Mas há que ter também medidas de estímulo à capacidade crítica de populações maduras, porque todos nós convivemos nesse mundo. Então, primeira medida estrutural para mim é educação midiática. Segunda medida que eu acredito que temos que enfrentar, é uma reforma não realizada no Brasil - eu sou de um campo popular que infelizmente quando foi governo não operou medidas pra enfrentar esse tema – é o problema da democratização do acesso à informação. A meu ver essa é outra medida estrutural: garantir acesso à informação. Quando falei da inclusão digital é porque nós somos um país que tem muitos analfabetos, analfabetos funcionais, que o que recebe de informação gratuita é um vídeo no Facebook, ou um áudio ou vídeo no WhatsApp. Vai explicar para essa pessoa que aquele áudio não é verdadeiro. As pessoas acreditam, elas têm boa-fé. Ainda mais quando a

psicometria é usada na produção dessas peças e difusão dirigida para aquele público. Eu questionei o Facebook porque eu vi o vazamento de milhões de dados de milhões de pessoas, curiosamente em setembro de 2018, às vésperas das eleições. Eu questionei, “vem cá, mais quais dados foram vazados? quantos de brasileiros?”. Porque se você vazar um dado sensível, por exemplo de religião, isso pode ter um impacto violentíssimo numa campanha eleitoral, imagina a incidência que pode ter. E a resposta do Facebook para um requerimento formal de informação que eu fiz foi lacônica.

Eu faço aqui esse parêntesis porque esse problema do analfabetismo funcional com a falta de acesso a sites noticiosos, em que se pode checar a informação, faz um dano terrível. Então esse problema da desinformação é muito sério e a gente tem que enfrentar. Só que a dificuldade começa na conceituação do que é desinformação. Quem diz o que é desinformação? Quem valida o que é informação? O que nos resta é apostar na ética profissional de jornalistas que tenham por função a elaboração de notícias. E aqui vou fazendo recortes, espero não atrapalhar, não deixar muito confusa a abordagem,

mas me permita, aqui nós temos dois problemas: a monopolização dos meios de comunicação no Brasil, que têm um determinado padrão de funcionamento, inclusive de manejo dessa informação, manejo para fins que não de oferta de informação ao público, inclusive com fins políticos. Esse é um problema, um baixo compromisso ético com a informação e com a verdade dos fatos. Isso existe ou não no Brasil? A minha percepção é que sim. E é reforçado porque você tem uma mídia monopolizada, na mão de poucos grupos econômicos. Esse é um problema que tira um pouco da credibilidade do meio de comunicação. E uma outra face é a crítica política feita, em função desse manejo, que arreventa também com a credibilidade desses órgãos de comunicação. Quem critica a mídia? É o atual presidente? É, que é um homem de extrema-direita. Mas do campo popular de esquerda também há quem critique a mídia. E essa desqualificação feita de modo generalizado à mídia tradicional enfraquece a mídia tradicional como fonte de informação no momento em que as narrativas valem mais do que os fatos. E há uma difusão de notícias produzidas por cada um, cada um é produto de notícias, o que põe em xeque a informação. De onde vem a

||

informação? Se a Globo é golpista, “o povo não é bobo abaixo a rede Globo”, “a Globo mente”, não é a Globo que vai informar, se não é a Globo que vai informar, quem é que vai informar? Você percebe a complexidade onde nos enredamos? Então é um momento em que há perda de credibilidade, eu vou chamar aqui, da mídia tradicional, em parte por manejo político, e em parte por atos praticados pela conduta das próprias mídias tradicionais. Não estou querendo aqui inocentar ninguém porque eu não sou bobo, mas isso é funcional para a estratégia daqueles que ancoram seu discurso na desinformação. É aquela história, ruim com a mídia tradicional, e talvez a gente descubra que pode ser pior sem ela. Então esse é o ambiente, a moldura, em que nós fazemos o debate sobre a desinformação. O projeto de lei que foi apresentado, de quando entrou até quando saiu ele mudou muito, e na minha percepção ele mudou pra melhor, porque suprimiu esse conceito de desinformação, que era uma coisa muito delicada de fazer, inclusive reviu o papel de checadores, que também é uma coisa delicada. Por que o que vai fazer um ministério pra dizer o que é verdade e o que, não é? É algo muito complexo. E se converteu, na prática, numa espécie

de lei sobre transparência nas redes. Passou a ser um tema forte a questão da transparência nas redes. E do texto aprovado no Senado, que foi uma tramitação rápida, eu diria que teve debate, só que não foi um debate público, tanto que as mudanças foram fruto de debates da incidência de várias entidades. Eu convivi muito com a Coalizão Direitos na Rede, que incidiu com muita força no debate no Senado Federal, e outras organizações da sociedade civil. Mas não era um debate público, e tinha muita instabilidade, porque os relatórios não duravam 48 horas, já havia uma versão completamente diferente, então gerava até uma dificuldade pra você fazer um debate público sobre o assunto. Mas algum debate houve. O texto que saiu do Senado passou a ser um texto que a força maior era sobre transparência nas redes. Tem algumas questões que me causavam preocupação, o famoso artigo 10, que versava sobre a rastreabilidade, que definia que mensagem reencaminhadas por mais de 5 vezes, que alcançassem mil pessoas, poderiam ser guardadas por um tempo. Eu pessoalmente considero muito o Pablo Ortellado, que é um defensor dessa tese, a meu ver ele é um estudioso, um cara sério, muito sério, confio muito nas posições dele,

mas essa posição – e obviamente não é o desejo dele – objetivamente poderia subverter a presunção da inocência, porque vai guardar informação de todo mundo, ainda que seja de metadados, mas metadados trabalhados podem quebrar a privacidade de muita gente. Então ela inverte a presunção da inocência, de um lado, e de outro lado ela pode se transformar numa ferramenta para o vigilantismo.

Veja, o Centro Acadêmico Leão XIII ou o Centro Acadêmico 22 de agosto, a reunião da sua diretoria seguramente tem encaminhamento para mais de 5 pessoas, seguramente pode alcançar mais de mil pessoas? Por que tem que guardar esses dados? Eu sou muito cioso desses riscos, porque já houve medidas inclusive adotadas durante governos populares que atirou no que viu e acertou no que não viu. Então é preciso tomar cuidado com esse tipo de medida. E uma segunda questão que me preocupa muito é o artigo 12, que cria possibilidade de moderação de conteúdos sem que haja notificação. Na minha percepção, isso pode produzir uma hipertrofia das plataformas que já são muito poderosas, e nós temos que ter a possibilidade de um devido processo, de revisão da decisão das moderações.

Quem tiver conteúdo retirado tem que ser notificado, eu não me animo quando eu vejo conteúdo rotulado ou mesmo conteúdo remanejado, mesmo que seja de adversários nossos. Hoje estão removendo o presidente da República, amanhã pode ser eu. Na minha opinião, o presidente da República é um genocida pela atitude que ele tem durante a pandemia, só falta dizer que eu tô fazendo discurso de ódio quando eu denuncio a atitude dele que impacta na vida das pessoas. Então essa questão da moderação de conteúdos tem que ser muito cuidadosa, muito criteriosa, pra não haver uma hipertrofia do poder das plataformas. São duas questões assim que me preocupam muito. Por quê? O combate à desinformação não pode prescindir do respeito à privacidade, não pode impactar no direito de acesso à informação, nem pode violar a liberdade de expressão. Então você encontrar um equilíbrio pra sustentar esses direitos fundamentais e ao mesmo tempo preservar a democracia não é simples, e é esse debate que nós estamos fazendo hoje na Câmara, onde vivemos um processo um pouco diferente. Partindo da crítica vivida no Senado, eu procurei o diálogo com organismos internacionais que nos criticaram, criticaram o Congresso

Nacional. Tivemos uma boa reunião com o senhor Edison Lanza, que é o relator pela liberdade de expressão da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Tínhamos uma reunião marcada com o senhor David Kaye, que é o relator para liberdade de expressão da Organização das Nações Unidas, da ONU. Infelizmente encerrou o mandato dele e ele foi substituído, e devemos ter uma conversa com o redator da liberdade de expressão da ONU. Nós fizemos uma bela reunião com a Comissão da União Europeia no Brasil, porque há um debate na UE sobre esse tema. Fizemos 11 debates públicos, onde colocamos na mesa especialistas, juristas, sociedade civil, a indústria, colocamos ângulos diferentes de visão sobre a matéria enfrentando temas polêmicos. Recebemos na Câmara dezenas de contribuições, e tem muita contradição, digamos assim. Tem muitas visões distintas, visões contraditórias. E o funcionamento remoto da Câmara é um funcionamento muito precário. Eu defendo que haja o funcionamento remoto, se não houvesse não teríamos uma lei como a que criou o auxílio emergencial, pra assistir as pessoas na pandemia, não teríamos a lei que garantiu a

recomposição de receita de estados e municípios, porque essa recomposição de receitas que é complementada pelo governo federal é importante pra você ter um orçamento em 2020 equivalente à 2019. Porque a receita caiu muito, de estados e municípios, e outras medidas que foram adotadas e que eu considero que são importantes. Agora, o funcionamento remoto ele precariza muito o diálogo social. Esse debate aqui sobre o projeto de lei 2630 já teve mais diálogo social do que todas as propostas votadas lá na Câmara. Eu fiz uma discussão por iniciativa do meu mandato e de mais alguns deputados do auxílio emergencial, mas é tudo muito precário, não foi uma coisa da Casa. A Casa está debatendo de verdade pela primeira vez é esse projeto aqui, de combate à *fake news*. Sempre haverá, com funcionamento remoto, um debate político precário, e tentamos chegar num debate mais avançado possível. E há uma discussão, uma tensão no próprio Parlamento sobre isso, porque há visões muito diferentes. As plataformas de comunicação têm muito poder, muita incidência no Parlamento. A sociedade civil tem um poder mais restrito, mas também incide sobre o Parlamento. Eu por exemplo sou um dos que procura

fazer um diálogo com a sociedade civil, porque é muito importante, tem muita capacidade crítica na sociedade civil que deve incidir sobre o texto do Parlamento. Essa sugestão que foi apresentada essa semana é uma sistematização que eu próprio fiz, e que sei que tem uma tensão enorme em torno do texto, mas na minha percepção o melhor caminho é: colocar na mesa um texto que dialogue com tudo o que aconteceu nas 11 mesas de debate e com todo o *lobby* que está sendo feito nos bastidores do Parlamento, para que a sociedade debata à luz do dia. Tudo o que está na proposta pode ser criticado, pode ser apoiado, pode ser suprimido, pode ser modificado, e novos textos podem ser acrescentados. Mas na minha percepção, tem que se colocar na mesa, à luz do dia, para o debate público. E não fazia sentido ficar debatendo apenas o texto do Senado se há perspectiva de mudar aquele texto. Poderíamos produzir até um debate *fake*, porque a incidência seria sobre o texto do Senado, sendo que o texto que vai ser apresentado será outro texto. Então o diálogo não é um diálogo real, é um diálogo formal, para dizer que tá fazendo o diálogo.

E aí o que que eu chamaria a atenção, para concluir, dessa alternativa

que eu coloquei na mesa: primeiro acentuar os traços de transparência, inclusive introduzindo um debate sobre transparência algorítmica, que é um debate central. Eu sei que é um debate absolutamente complexo, um inciso no artigo de transparência pode não ser suficiente, mas tá na mesa o tema: como enfrentar a questão da transparência algorítmica. Porque os algoritmos explicam em parte até mesmo a polarização política vivida na sociedade. Eles produzem os guetos que se contrapõem, e monetizam por isso inclusive. Tem gente ganhando dinheiro na dinamização desses guetos, então é preciso colocar luz sobre esses algoritmos, pra que nós possamos debater: esse padrão é funcional pra garantir a democracia? Esse padrão permite debate de verdade? Ou esse padrão é o fator decisivo para o enclausuramento de grupos radicalizados na sociedade? Então isso é uma questão. Um segundo traço ligado à transparência diz respeito ao impulsionamento e à publicidade. Tem que ser debatido à luz do dia isso também. Como são as regras, como se dá? Tem que ter rotulagem, tem que ficar nítido para todo mundo o que é impulsionado, para as pessoas saberem que aquilo ali é impulsionado. Já há redes que fazem? Sim, mas há outras

que não fazem, como inclusive nos meios de comunicação tradicional você tem conteúdo patrocinado com uma fachada que parece jornalismo. Esse tipo de coisa também tem que ser revisto no Brasil. Ampliar a transparência é uma questão chave.

Segundo, a ideia do artigo 10, da rastreabilidade, a meu ver é muito sério, a engenharia, a estrutura, a disseminação de *fake news* é muito grave, mas nós temos que encontrar caminhos que respeitem o devido processo legal, o estado democrático de direito. A solução que nós colocamos na mesa é mais perto de como funciona a escuta telefônica, uma decisão judicial pode determinar a guarda de determinados dados. Aí você vai dizer, “ah não, mas aí é muito pouco”. Mas é a garantia do estado democrático de direito, da presunção de inocência. Eu não posso colocar a escuta telefônica pra Rose pra que se um dia eu precisar eu tenho. Eu não posso coletar os dados das mensagens que ela encaminhou pra que se um dia se precisar eu tenho. Tem que ser a partir de ordem judicial, é nesses termos que isso está sendo colocado, e a meu ver é o termo possível de colocar, mas eu reconheço que é um debate porque é um tema muito

grave, porque sobretudo no serviço de mensagem você tem um esgoto oculto que ninguém sabe o que acontece.

Terceiro, sobre moderação das plataformas, isso dialoga com uma outra questão que estava mal posta no texto do Senado, que é chamado de autorregulação regulada. Eu acredito que a lei não pode ser feita para nenhuma plataforma, para nenhum aplicativo, porque senão ela pode ficar obsoleta muito rápida, tem que ter neutralidade tecnológica. É o mesmo debate do marco civil da internet. E na minha percepção é preciso desenvolver um modelo de autorregulação regulada, que está no texto do Senado, mas não está preciso. Essa é a importação de um conceito da Alemanha. A regulação no Brasil tem dois modelos, tem o modelo famoso de autorregulação que é do Conar, da publicidade, todo mundo conhece, é um modelo que ao que parece exitoso, e tem a regulação direta feita pelas agências reguladoras. Que tenho lá minhas dúvidas se é tão exitoso assim, porque a impressão é que as agências foram capturadas pelo mercado. Mas é o modelo da legislação brasileira, esses dois modelos, regulação direta e autorregulação. A proposta que tá na mesa é de autorregulação regulada.

Autorregulação porque é feita pelas plataformas que se associam para fixar as regras, mas regulada porque essas regras devem seguir parâmetros, princípios, orientações e procedimentos fixados na lei. E essa autoridade de autorregulação deve ser certificada por um conselho em que está presente o Estado, a economia e a sociedade civil. Ela certifica o órgão de autorregulação e deve ter as regras de autorregulação parametrizadas pela lei. Estou falando disso porque o artigo 12 que falava de moderação é reconfigurado na sugestão que eu fiz, fixando mais procedimentos para a moderação, inclusive valorizando o devido processo, o direito à reparação não pecuniária inclusive, pra não parecer que nós queremos reparação material, financeira. Agora, se você tem a remoção de um conteúdo, ou se você tem a rotulação que aquilo ali é *fake news*, e se não for *fake news*, a partir do seu recurso você tem que ter direito à reparação, do dano que possa ter causado a você. Então nós transformamos a questão da moderação em termos mais procedimentais e remetemos à autorregulação regulada, que deve ser feita com certificação, monitoramento, pelo conselho de transparência e responsabilidade na internet. Então essa é uma

mudança estrutural no projeto que foi apresentado.

Tem um fortalecimento muito grande do capítulo dedicado à educação midiática, que eu acho que tem que fortalecer; há um fortalecimento do capítulo dedicado à atuação do poder público, até porque na minha visão agentes públicos são hoje muito responsáveis pela desinformação. Não é robô só, não é conta automatizada apenas, é conta de agente público que dissemina a desinformação. Então, conta de agente público é conta de interesse público, e nós tínhamos que ter mais regra. Por exemplo, descobrimos esses dias que há agentes públicos que usam dinheiro público para estruturar comunicação digital e tem gente monetizando isso, o que não pode ser feito, tem que ser proibido. E pasme, gente até do campo progressista, gente até chamada de esquerda, gente famosa, que é uma coisa que não pode ser. Aí a mesa da Câmara proibiu, mas nós estamos vedando isso pra todos os agentes públicos, dos três níveis de governo. Do vereador ao senador, do governador ao presidente, prefeito. Nós colocamos lá uma vedação implícita sob pena de incorrer no crime de improbidade administrativa o financiamento de

sites noticiosos especializados e difusão de desinformação. Porque veja, não é o site difundir um artigo escrito. Você tem dados da Organização Mundial da Saúde que falam sobre vacina. Um site não pode dizer que não precisa tomar vacina e o Ministério da Saúde financiar um site desses. Isso não pode, é crime. E se você promove isso você pode incorrer em crime de improbidade administrativa. Estou dando dois exemplos, para esse capítulo de atuação do poder público. E tem um capítulo polêmico, um artigo que a imprensa gosta muito de noticiar como polêmico, que é aquela história de que notícia é o homem morder o cachorro, não é o cachorro morder o homem. Difundir *fake news* pode dar uma pena de 1 a 5 anos. Essa é a manchete, só que é assim, se você for ler o artigo exatamente, você vai ver que não é assim, não é a tia do WhatsApp que eventualmente de modo desavisado difunde uma desinformação que vai ser presa de 1 a 5 anos. Não é disso que se trata. Trata-se de uma pena dura para alcançar aquelas estruturas que utilizam serviços que não são disponibilizados pelas plataformas, ou seja, não é meu reencaminhamento autorizado pelo WhatsApp, são os que utilizam as plataformas pra difundir disparo em

massa de mensagem com o objetivo de impactar no processo eleitoral, promover ameaça física ou ataque à honra, ou tipos específicos de conduta, que a meta é alcançar as estruturas. São ações financiadas inclusive, que têm dinheiro grosso inclusive, voltadas pra incidir utilizando as redes sociais na formação da opinião pública, na formação da opinião política, na alteração de comportamento social. Então é disso que se trata. Uma amiga minha que é jornalista pesquisadora, me questionou: “mas outro dia o presidente me atacou dizendo que eu produzia *fake news*, isso vai me alcançar?”. É óbvio que não. Você escrever um artigo jornalístico denunciando fatos não é difundir *fake news* com meios artificiais usando ferramentas não utilizadas pelas plataformas... percebe? Não é disso que se trata. Então tem um certo sensacionalismo, que é parte do debate apaixonado. E eu compreendo muito porque sou daqueles que se filia à corrente dos que creem que tipo penal e agravamento de pena não resolvem os problemas do Brasil. Aliás, tantos novos tipos penais têm sido responsáveis pelo encarceramento em massa no Brasil, de gente pobre, preta, da periferia. Eu lutei contra o pacote anticrime, fui do grupo que enfrentou,

e fizemos trabalho importante. Agora, isso não quer dizer que nós não possamos adequar nossas normas à realidade nova. Por exemplo, eu votei a favor da tipificação do feminicídio e acho que foi absolutamente correto. Votei a favor da homofobia ser crime e acho isso absolutamente correto, que são temas do nosso tempo. O Brasil é campeão mundial de feminicídio, é campeão mundial de violência contra a comunidade LGBT. Aí alguns vão desqualificar e dizer, “mas feminicídio é homicídio”. Não. Não é apenas um homicídio, é um homicídio cuja motivação está enraizada na misoginia, é um crime estruturado a partir do machismo, que é estrutural na sociedade, então é uma outra questão. E quando se cria esse tipo tem a dimensão legal, penal, mas tem a dimensão do enfrentamento cultural, que é central para que a gente rompa com o ciclo que gera inclusive violência e morte de muitas mulheres.

Estou dando esse exemplo só pra dizer o seguinte: a lógica correta de evitar novos tipos penais vale, mas a depender da circunstância também pode ter sentido você ter tipos penais para enfrentar situações de fato. Então eu falei assim das questões quentes, que estão no debate, não é um debate

fechado, está em aberto. Eu trabalho com a ideia de que temos de fazer um diálogo com a sociedade, e um diálogo com o Senado Federal, para que possamos construir uma convergência. E o texto que será apreciado no plenário da Câmara já incorpore convergências, do diálogo com a sociedade e o debate com o Senado Federal.

Ah, tem uma questão muito polêmica, que eu não falei, que é a ideia de remuneração de conteúdo jornalístico por plataformas de busca. Porque hoje você tem nas plataformas de busca uma das principais fontes de acesso à informação. É até perigoso isso, a pessoa tá doente, dá um Google pra saber como é que trata, isso é um problema gravíssimo. E isso também se dá no que diz respeito a acessar a informação. E é um debate que está acontecendo na Austrália, com muita visibilidade, e no mundo inteiro, sobre como remunerar esses conteúdos. O que seria melhor é que as plataformas fizessem um debate com as empresas de jornalismo, com os jornalistas, com os sindicatos, e chegassem a termo. Porque o problema é que na era da economia digital a monetização está concentrada nas plataformas, e eles estão tendo um poder gigantesco, até mesmo se tornando os guardiões da

verdade. Ainda que não seja verdade e que não haja verdade absoluta. E se eu falo que para você enfrentar a desinformação tem que ter educação e informação, acredito que temos de enfrentar e estimular o jornalismo profissional, que é o jornalismo feito por profissionais de imprensa.

E há um debate ético que levanta outra questão, que eu me referi aqui de passagem: temos que impedir a manipulação e garantir o acesso à informação. Mas eu não acredito que você vá ter mais informação fortalecendo as plataformas e destruindo o jornalismo profissional. Então eu coloquei, e sei que é um

tema polêmico, inclusive amigos queridos de sindicato de jornalistas já questionaram pra mim: “tô pronto pra fazer o debate e é pra isso mesmo, pra que nós façamos um debate público”. Porque o argumento de que isso é bom para as empresas de jornalismo e não é bom para o jornalista não me convence. Isso deveria então ser tema de um acordo coletivo dos sindicatos dos trabalhadores com a empresa, porque a economia digital gera novas receitas, isso tem que chegar também na redação, porque o que está se vendo é demissão em massa nas empresas. Então nós temos que enfrentar isso e valorizar o profissional de imprensa e o profissional de jornalismo.



Orlando Silva, foto do perfil oficial do facebook.